

Edição Especial

Boletim Mulher e Trabalho



observatório
Brasil da
igualdade
de gênero



Ipea – Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

Secretaria de
Assuntos Estratégicos

Secretaria Especial de
Políticas para as Mulheres



A CRISE ECONÔMICA INTERNACIONAL E OS (POSSÍVEIS) IMPACTOS SOBRE A VIDA DAS MULHERES*

O QUE É O BOLETIM MULHER E TRABALHO

Nos anos de 2005 e 2006, a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), com o apoio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgou três edições do boletim eletrônico Mulher e Trabalho, com base nos microdados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME). Este boletim integra o conjunto de ações que a SPM desenvolve no sentido de informar à população sobre a situação das mulheres, no que se refere às condições de vida, trabalho e desigualdade, uma vez que as informações estatísticas têm importante papel não somente no sentido de retratar a realidade do país, mas de subsidiar o processo de formulação, implementação e monitoramento das políticas.

Depois de um intervalo de três anos, a SPM retoma a elaboração do Boletim, agora em uma parceria ampliada com IBGE, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e Organização Internacional do Trabalho (OIT). O Boletim permanece como publicação eletrônica e estará disponível no site da SPM e também do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.¹ Serão divulgados mensalmente indicadores conjunturais sobre a estrutura do mercado de trabalho feminino a partir dos dados coletados na PME e no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), produzidos pelo IBGE e pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), respectivamente. Os indicadores calculados referem-se à participação da população no mercado de trabalho formal e informal, taxas de desemprego, entre outros aspectos, como população ocupada e rendimento por setores de atividade econômica e posição na ocupação. Sempre que possível, as informações serão apresentadas também para as desagregações de raça/cor, idade e escolaridade da população.

* Este boletim é resultado de um esforço integrado de diversas organizações que integram o grupo de trabalho para acompanhamento da crise no âmbito do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero. Contribuíram para a elaboração desse estudo os(as) técnicos(as) do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) Natália Fontoura, Marcelo Galiza e Roberto Gonzalez; da Organização Internacional do Trabalho (OIT) Solange Sanches e Márcia Vasconcelos; do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) Ana Sabóia e Cimar Pereira; da Universidade Federal Fluminense (UFF) Hildete Pereira e Alberto di Sabbato e da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) Luana Pinheiro. Agradecemos, ainda, a leitura atenciosa e as sugestões de Nina Madsen e Fábria Souza, também da SPM.

1. Cujos endereços são, respectivamente, <www.spmulheres.gov.br> e <www.observatoriodegenero.gov.br>.

1 INTRODUÇÃO

Esta primeira edição de 2009 do Boletim Mulher e Trabalho é especial e temática; tem como foco o contexto da crise econômica e financeira internacional que se abateu sobre a economia mundial. Ampliaram-se, ao longo dos últimos nove meses, as matérias produzidas pela mídia em geral e pelos veículos especializados, bem como os encontros destinados a discutir, com públicos variados, as causas, impactos e (possíveis) respostas dos governos para enfrentar e debelar a crise que tem tirado o sono e os empregos de milhões de mulheres e homens em todos os continentes.

A crise entrou decisivamente na agenda nacional e alguns dos temas que merecem espaço nesse cenário são aqueles relacionados às consequências produzidas no mercado de trabalho brasileiro. Tem-se conferido especial atenção aos movimentos das taxas de desemprego, dos níveis de ocupação e da massa salarial, quase sempre a partir de uma análise que privilegia os impactos diferenciados segundo os setores de atividade econômica e as regiões metropolitanas – ou unidades da federação, quando possível. As grandes bases de informação que possibilitam esse tipo de acompanhamento conjuntural são exatamente a PME e o CAGED, além da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), produzida pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Diesse/Fundação Seade),² em parceria com instituições regionais de estatística e pesquisa.

As principais discussões sobre o tema, no entanto, ignora os impactos diferenciados da crise sobre a oferta e a qualidade do emprego por sexo ou por raça/cor. As análises produzidas nesse contexto consideram, portanto, os trabalhadores como uma massa homogênea, cujos diferentes marcadores identitários em nada interferem na forma de inserção e participação dos grupos sociais no mercado de trabalho.

É exatamente essa perspectiva que se procura enfrentar com o trabalho aqui desenvolvido e que teve origem na criação do Grupo de Trabalho (GT) para monitoramento dos impactos da crise sobre as mulheres no âmbito do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero. O Observatório é uma iniciativa da SPM

2. No âmbito do convênio com MTE/Fundo de Amparo ao Trabalhador.

da Presidência da República em parceria com outras instituições públicas, organismos internacionais e organizações da sociedade civil, que pretende dar visibilidade, fortalecer e ampliar as ações do Estado brasileiro para a promoção da igualdade de gênero e dos direitos das mulheres.

Originalmente, o Observatório estruturou-se em torno de quatro grupos de trabalho: Indicadores, Políticas públicas, Monitoramento da mídia e Legislação e legislativo. No entanto, com o desenrolar da crise internacional e os impactos que se fizeram sentir no Brasil, tomou-se a decisão de vincular mais um GT ao Observatório, nesse caso, um grupo *ad hoc*, que pudesse identificar e monitorar os impactos diferenciados da crise sobre homens e mulheres. Assim, surge o GT da crise, composto por representantes da SPM, que o coordena, do Ipea, do IBGE e da OIT. Nesse primeiro momento, o objetivo central do Observatório é monitorar a participação de homens e mulheres no mercado de trabalho – considerando-se também a perspectiva étnico-racial – de modo que se possa identificar resultados diferenciados da crise sobre cada um dos grupos sociais.

Para tanto, essa edição do Boletim Mulher e Trabalho traz uma série de indicadores conjunturais sobre emprego e desemprego que permitem avaliar, em caráter inicial, os primeiros impactos produzidos pela crise econômica e financeira internacional na participação no mundo do trabalho e na ocupação masculina e feminina. Foram utilizados indicadores produzidos a partir do CAGED/MTE, da PME/IBGE e, em alguma medida, da PED/Dieese/Seade. O CAGED é um registro administrativo produzido pelo MTE, que traz informações mensais sobre todos os estabelecimentos que tenham efetuado qualquer tipo de movimentação – admissão, desligamento ou transferência – em seu quadro de empregados com contrato de trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Permite, assim, uma avaliação conjuntural do mercado de trabalho formal do país, ou seja, apenas dos trabalhadores que possuem carteira assinada. Já a PME, do IBGE, é uma pesquisa domiciliar, realizada mensalmente nas seis principais regiões metropolitanas (RMs) do país (Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre) que traz informações, também de natureza conjuntural, referentes à condição de atividade, de ocupação, rendimento médio, bem como posição na ocupação, posse de

carteira de trabalho assinada, contemplando, assim, toda a população ocupada ou à procura de trabalho, e não apenas os trabalhadores assalariados com carteira assinada. A PED funciona nos mesmos moldes da PME, cobrindo as RMs de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Distrito Federal, São Paulo e Porto Alegre. A análise dessas fontes diversas – uma censitária, mas restrita ao mercado de trabalho formal; e outras que abarcam todo o mercado de trabalho, mas amostrais e restritas a regiões metropolitanas – possibilita um olhar mais completo sobre a economia brasileira e, mais especialmente, sobre as trabalhadoras que se encontram proporcionalmente mais presentes no setor informal da economia.

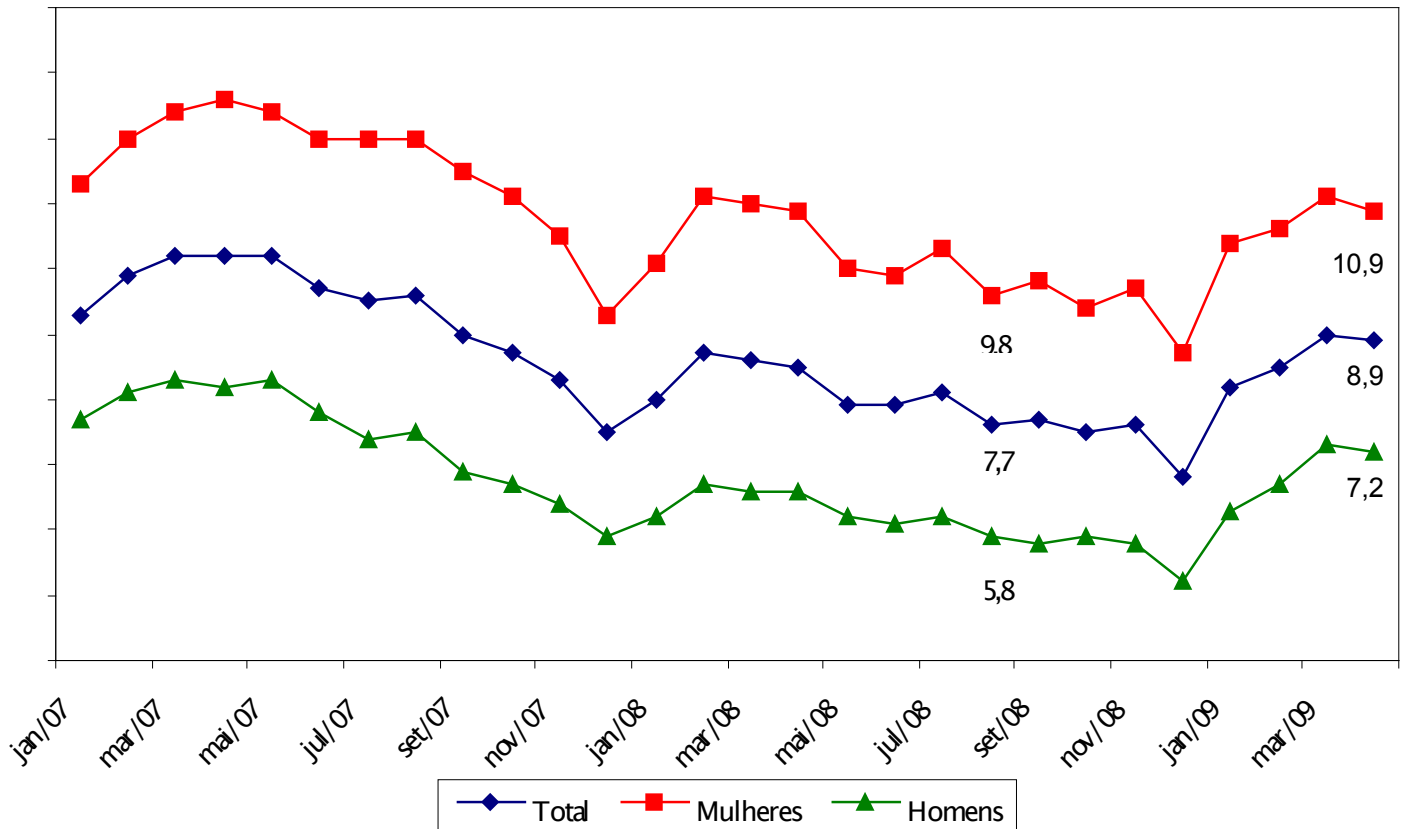
2 OS IMPACTOS GERAIS DA CRISE NA ECONOMIA BRASILEIRA

Desde 2004, os dados disponíveis sobre o mercado de trabalho brasileiro assinalam uma trajetória de crescimento do emprego no país, em especial da demanda por trabalho formal. Esse período de virtuosa formalização do mercado de trabalho foi propiciado tanto pelo dinamismo do comércio internacional como pelo aquecimento do mercado interno. A partir de setembro de 2008, entretanto, a situação mudou radicalmente. A crise do mercado de hipotecas *subprime* nos Estados Unidos ganhou dimensão internacional, e espalhou desconfiança pelos mercados financeiros, desencadeando uma crise de liquidez com sérios efeitos sobre a produção, o emprego e a renda ao redor do mundo.

Os primeiros sinais da crise internacional sobre o mercado de trabalho brasileiro parecem ter-se manifestado em outubro de 2008, quando começa a haver uma diminuição no ritmo de queda do desemprego verificado no país, que é seguida, a partir de janeiro, pelo aumento das taxas de desemprego em proporções superiores ao que se poderia atribuir à sazonalidade do período. Segundo os dados da PME, nos sete meses que se seguiram à crise – outubro/2008 a abril/2009 –, a proporção de trabalhadores(as) desempregados(as) subiu de 7,5% para 8,9%, um aumento de 1,4 ponto percentual. No mesmo período dos anos anteriores – outubro/2007 a abril/2008 – a tendência verificada era inversa, com redução de 0,2 ponto percentual na taxa de desemprego medida para as seis principais regiões metropolitanas do país (ver gráfico 1).

GRÁFICO 1

Taxa de desemprego das seis RMs, segundo sexo – 2007 a 2009



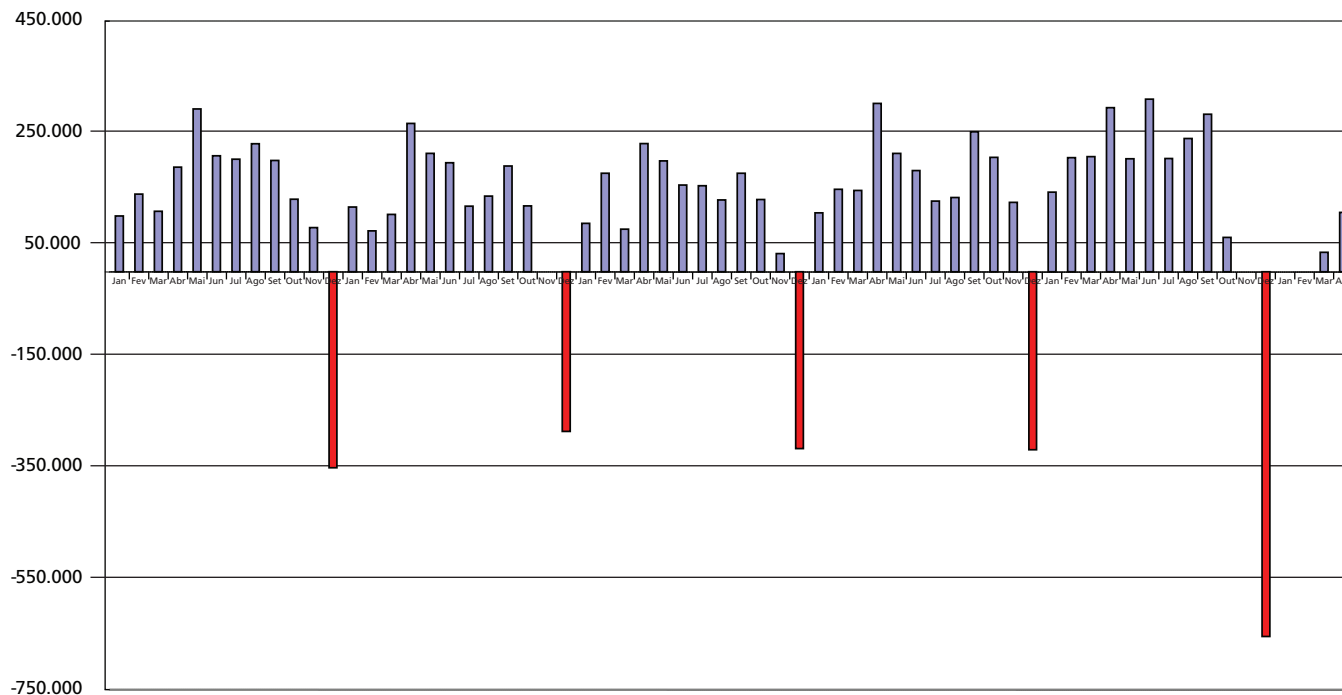
Fonte: Pesquisa Mensal de Emprego/IBGE.

No caso dos empregos formais, também a partir de outubro, nota-se um nítido desaquecimento na geração de novos postos de trabalho medido pelo CAGED, conforme se observa no gráfico 2. Se a média de criação de empregos com carteira assinada no mês de outubro dos anos de 2004 a 2007 foi de aproximadamente 146 mil, em outubro de 2008 apenas 61 mil novas vagas foram abertas. Em novembro, já se constata uma retração no número de postos com carteira assinada no país, o que se verifica também nos meses de dezembro de 2008 e janeiro de 2009. É certo que o resultado desfavorável nesses meses, particularmente

no mês de dezembro, não se justifica apenas pela crise internacional. Fatores sazonais associados ao ciclo da cana-de-açúcar, com seus desdobramentos sobre o complexo sucroalcooleiro; entre outros fatores como o ajustamento do emprego nos setores industriais, a fim de compatibilizar a demanda de trabalho a uma oferta cujo patamar não está mais influenciado pelo *boom* de fim de ano contribuíram também para a eliminação de postos de trabalho celetistas. De qualquer forma, fica patente no gráfico abaixo que a magnitude da queda em dezembro é significativamente mais acentuada em 2008 que nos anos anteriores.

GRÁFICO 2

Resultado líquido de empregos com carteira assinada – admissões/desligamentos – Brasil, 2004-2009



Fonte: MTE, Cadastro Geral de Empregados e Desempregados.
Elaboração: Disoc/Ipea.

Observa-se também no gráfico 2 que os meses de fevereiro a abril últimos apresentaram um incremento no número de postos de trabalho formal. Apesar de esses resultados serem positivos, há que se ressaltar que são bastante inferiores aos verificados nos mesmos meses de anos anteriores. Portanto, não é possível afirmar, ainda, que os desdobramentos da crise sobre o emprego já foram todos observados. Essa leve recuperação não indica, por si só, que a tendência a partir de agora é o restabelecimento da trajetória anterior de crescimento acelerado do emprego formal. A ameaça de crescimento do desemprego e da informalidade persiste, pois o ritmo de criação de vagas celetistas observado nos últimos três meses no CAGED ainda é lento. Nesse sentido, a preocupação com a evolução do emprego formal justifica-se por pelo menos dois motivos: pelo impacto direto nas condições de vida dos trabalhadores(as) e pelo fato de que a massa de rendimentos – determinada pelo nível de emprego e de salário – é um dos principais componentes da demanda interna – logo, sua evolução pode contribuir para abrandar ou ampliar os efeitos da crise (IPEA. Comunicado da Presidência nº 21, 2009).

3 OS RESULTADOS RECENTES DO MERCADO DE TRABALHO SOB A PERSPECTIVA DE GÊNERO

Considerando essas duas relevantes dimensões do emprego, vale analisar com mais cautela as informações disponíveis sobre os primeiros meses de reação do mercado de trabalho brasileiro à crise internacional, na tentativa de compreender sua dinâmica e identificar que grupos de trabalhadores já foram ou ainda podem ser afetados. Muitas têm sido as análises dos efeitos da crise sobre o mercado de trabalho a partir de variáveis como faixa de renda, faixa etária, tempo de serviço, setor de atividade, além de unidades da federação, grau de instrução e tipo de município. Inexistem, porém, estudos que privilegiem o enfoque sobre gênero, avaliando como a crise pode ter afetado distintamente trabalhadores do sexo masculino e feminino.

Com o objetivo de ampliar o debate nacional sobre impactos da crise econômica, esta seção se propõe a analisar os dados oriundos da PME,

da PED e do CAGED a partir da variável sexo dos(as) trabalhadores(as) e de sua intersecção com a dimensão racial, sempre que possível. Inicialmente, serão apresentados os dados da PME e da PED, que abarcam todas as formas de inserção ocupacional, assim como o contingente de desocupados, mas que se referem somente a algumas metrópoles. Posteriormente, faz-se um corte sobre o mercado de trabalho formal, a partir dos dados do CAGED, no qual se encontram os empregos de maior qualidade e com maior nível de proteção social.

3.1 Mercado de trabalho metropolitano: dados da PME e da PED

As informações produzidas pela PME permitem um olhar sobre o mercado de trabalho brasileiro bastante amplo em termos de cobertura, pois abarcam os empregos formais – entendidos como aqueles com carteira assinada e, portanto, com proteção do Estado quanto aos riscos enfrentados durante a vida dos trabalhadores(as) –, as ocupações informais, que englobam desde as do tipo conta-própria – os autônomos –, passando pelos empregados sem carteira assinada –, dentre os quais destacam-se as trabalhadoras domésticas –, até atingir aqueles que, apesar de ocupados, não recebem pelo trabalho realizado e, ainda, os empregadores. A PED também permite essa análise mais ampla do mercado de trabalho e traz resultados que reiteram aqueles encontrados pelo IBGE.

Nos oito meses que se seguiram aos primeiros efeitos da crise no país – setembro-2008 a abril-2009 –, o crescimento da População Economicamente Ativa³ (PEA) feminina foi menor que o crescimento da PEA masculina em todas as RMs pesquisadas na PED. Houve decréscimo da PEA feminina em Salvador (-3,0%), em Belo Horizonte (-1,5%), em Porto Alegre (-2,3%) e em São Paulo (-1,9%), enquanto para os homens não se verificou decréscimo da PEA em nenhuma das RMs. Importante destacar que há, nesse caso, uma reversão de fenômeno verificado em anos anteriores,

quando se notava uma leve tendência ao crescimento maior da PEA feminina em relação à PEA masculina, havendo indícios, portanto, de que o contexto de crise econômica retirou, relativamente, mais mulheres do mercado de trabalho do que homens. Em outras palavras, parece que o baixo dinamismo econômico tem empurrado as mulheres para a inatividade.⁴

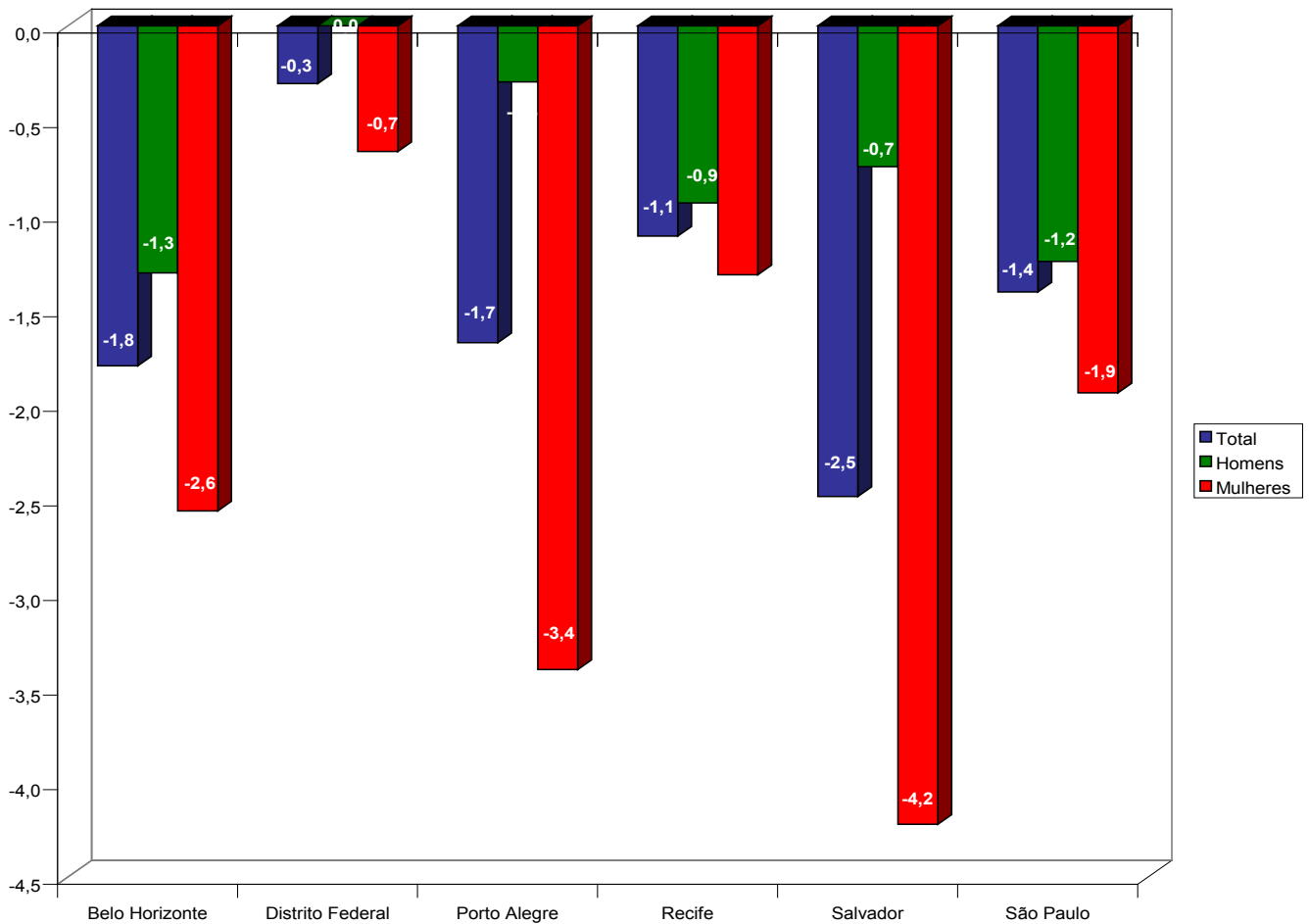
As informações da PED sobre a taxa de participação de homens e mulheres no mercado de trabalho deixam mais clara essa tendência que, apesar de leve, é nítida e previsível, na medida em que expressa traços de nossa cultura patriarcal. Isso porque em situações de perda de emprego/ocupação no núcleo familiar – com consequente redução dos rendimentos mensais –, há maior probabilidade de que mulheres retornem às suas casas e se responsabilizem pelas atividades domésticas do que homens, seja pelo fato de que trabalhavam em pequenos empreendimentos familiares que não sobreviveram à crise, seja porque a perda de rendimento familiar impossibilitou a manutenção de uma trabalhadora doméstica que desenvolvia atividades que agora deverão ser desempenhadas por ela – ao passo que a trabalhadora doméstica dispensada também pode voltar para a “inatividade”. Aos homens usualmente cabe continuar no mercado de trabalho, em busca de emprego e renda para sustento da família, permanecendo, portanto, economicamente ativos. Assim, entre setembro/2008 e abril/2009, a taxa de participação das mulheres caiu mais do que a dos homens em todas as RMs pesquisadas. Os dados mostram que há queda na taxa de participação dos homens nas regiões metropolitanas, mas essa queda é sempre menos acentuada que a verificada entre as mulheres (ver gráfico 3).

3. Refere-se à população que se encontra ocupada no mercado de trabalho ou desocupada, mas à procura de emprego. Trata-se, portanto, daqueles indivíduos que estão à disposição do mercado.

4. Parcela da População em Idade Ativa (PIA) que não está ocupada nem procurando alguma ocupação.

GRÁFICO 3

Variação da taxa de participação, segundo sexo – RMs, setembro/2008 a abril/2009



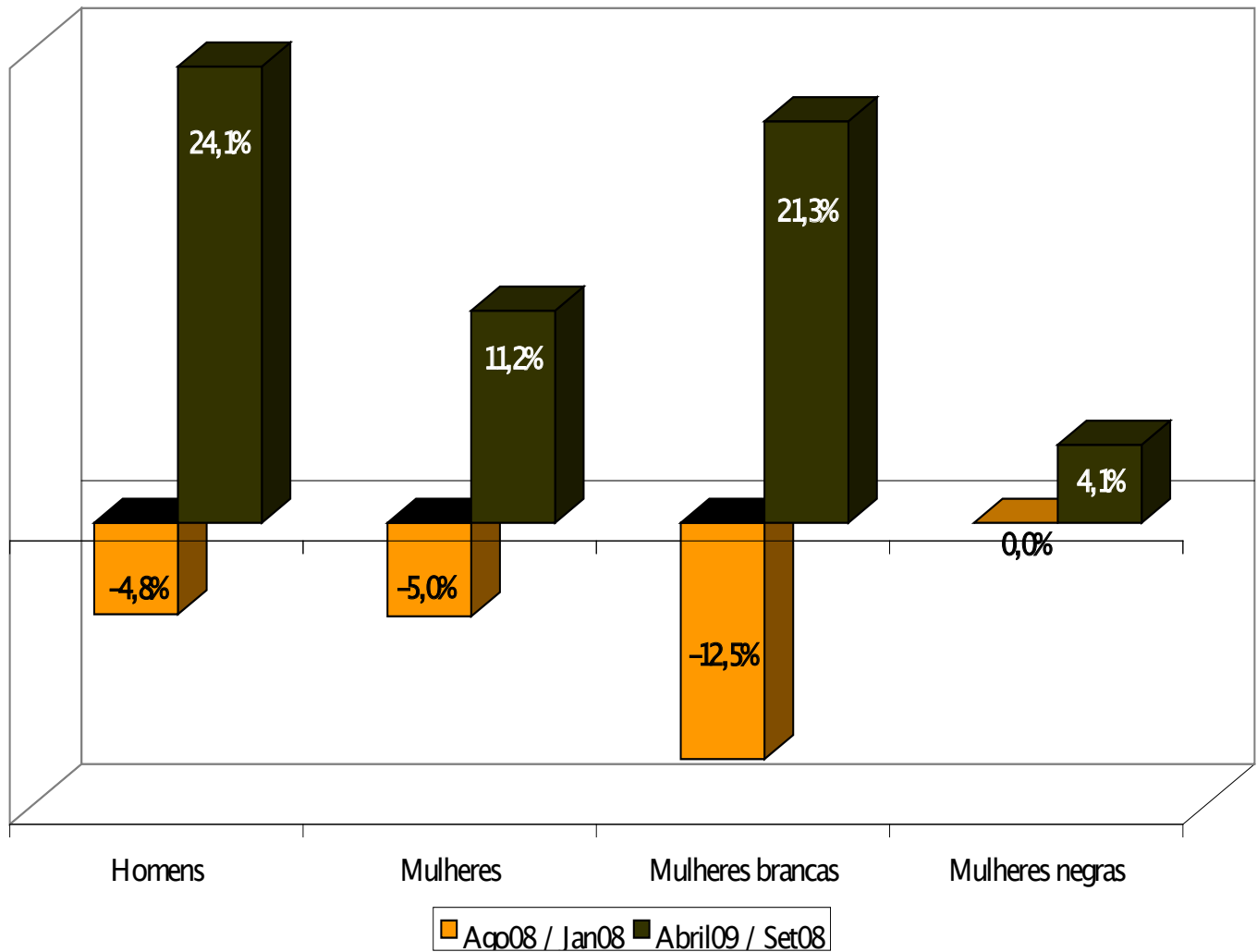
Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego/Dieese .

No que diz respeito ao nível de emprego, tal como mostrado, a crise econômica foi capaz de reverter, no país, uma tendência de redução do desemprego e geração de novos postos de trabalho, especialmente no setor formal. O gráfico 4, abaixo, mostra, a partir dos dados da PME, a inflexão que ocorre entre as taxas de desemprego nos oito meses posteriores à crise e nos

oito imediatamente anteriores. Assim, enquanto entre janeiro e agosto de 2008 pode-se verificar redução na desocupação para todos os grupos pesquisados, à exceção das mulheres negras que tiveram variação nula, nos meses de setembro/2008 a abril/2009, há aumento significativo do desemprego para a população brasileira em geral.

GRÁFICO 4

Variação da taxa de desemprego em períodos selecionados, segundo sexo e cor/raça – RMs, 2008 e 2009



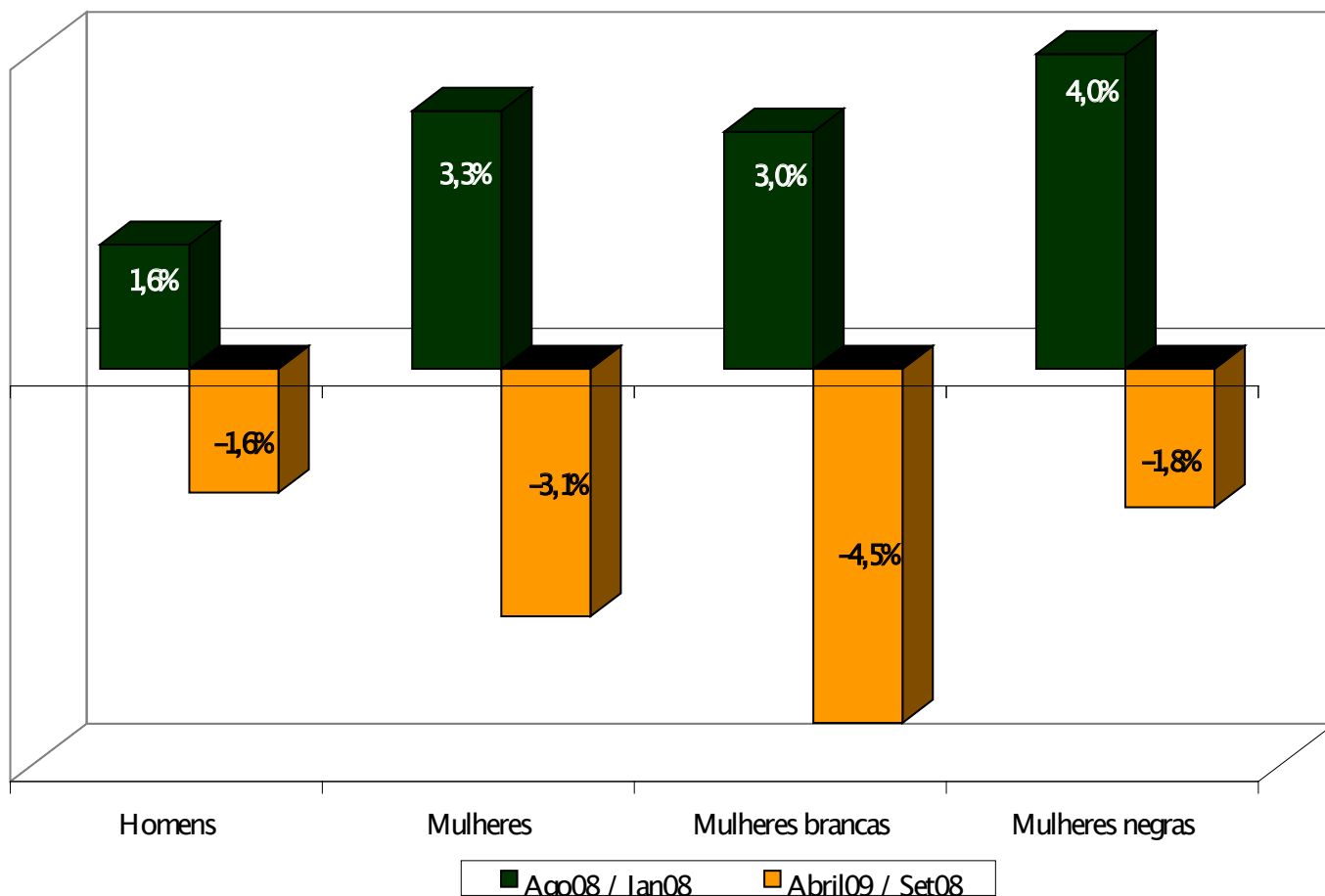
Fonte: Pesquisa Mensal de Emprego/IBGE.

Historicamente, as taxas de desemprego femininas são significativamente mais elevadas que as masculinas e os dados da PME e da PED confirmam essa tendência, como ser observado no gráfico 1. No contexto de crise, entretanto, parece haver um movimento diferenciado, no qual as taxas de desemprego masculinas tendem a se elevar mais, em termos relativos. Assim, quando se analisa o período compreendido entre os meses imediatamente posteriores à crise é possível perceber que há um aumento da ordem de 24% na taxa de desemprego dos trabalhadores do sexo masculino das seis RMs pesquisadas pela PME, enquanto esse valor é de inferiores 11,2% quando se trata de observar as trabalhadoras (ver gráfico 4). Entre estas, foram as brancas as que apresentaram maior elevação de desemprego no período – 21,3%.

De forma complementar, faz-se importante analisar os dados relacionados à ocupação cujas variações nos meses pós-setembro de 2008 foram, de forma geral, negativas para homens e mulheres, novamente com variações relativas um pouco mais acentuadas no caso das mulheres (-3,13%, contra -1,57%). Interessante notar que, em anos anteriores, a ocupação feminina crescia mais, relativamente, quando comparada à ocupação masculina. Ou seja, parece que a crise refreou um processo, até então existente, de feminização do mercado de trabalho. Na análise por raça/cor das trabalhadoras, verifica-se que foram as mulheres negras as que proporcionalmente menos perderam ocupações no período, confirmando os dados relativos ao desemprego (ver gráfico 5).

GRÁFICO 5

Variação do nível de ocupação em períodos selecionados, segundo sexo e cor/raça – RMs, 2008 e 2009



Fonte: Pesquisa Mensal de Emprego/IBGE.

A observação dos dados de desemprego e ocupação parece revelar uma contradição, pois se a ocupação cai mais entre as mulheres, seria de se esperar que houvesse maior aumento do desemprego para elas, em comparação aos trabalhadores. No entanto, o que justifica a menor elevação na taxa de desemprego entre as mulheres parece ser a inatividade que as acomete mais intensamente no período de crise. Desse modo, as trabalhadoras que perdem seus postos de trabalho não se tornam necessariamente desempregadas, pois desistem de procurar emprego e caem na inatividade. Essas mulheres não contribuem, portanto, para o cálculo da taxa de desemprego e é por isso que as taxas masculinas acabam se revelando superiores às femininas.

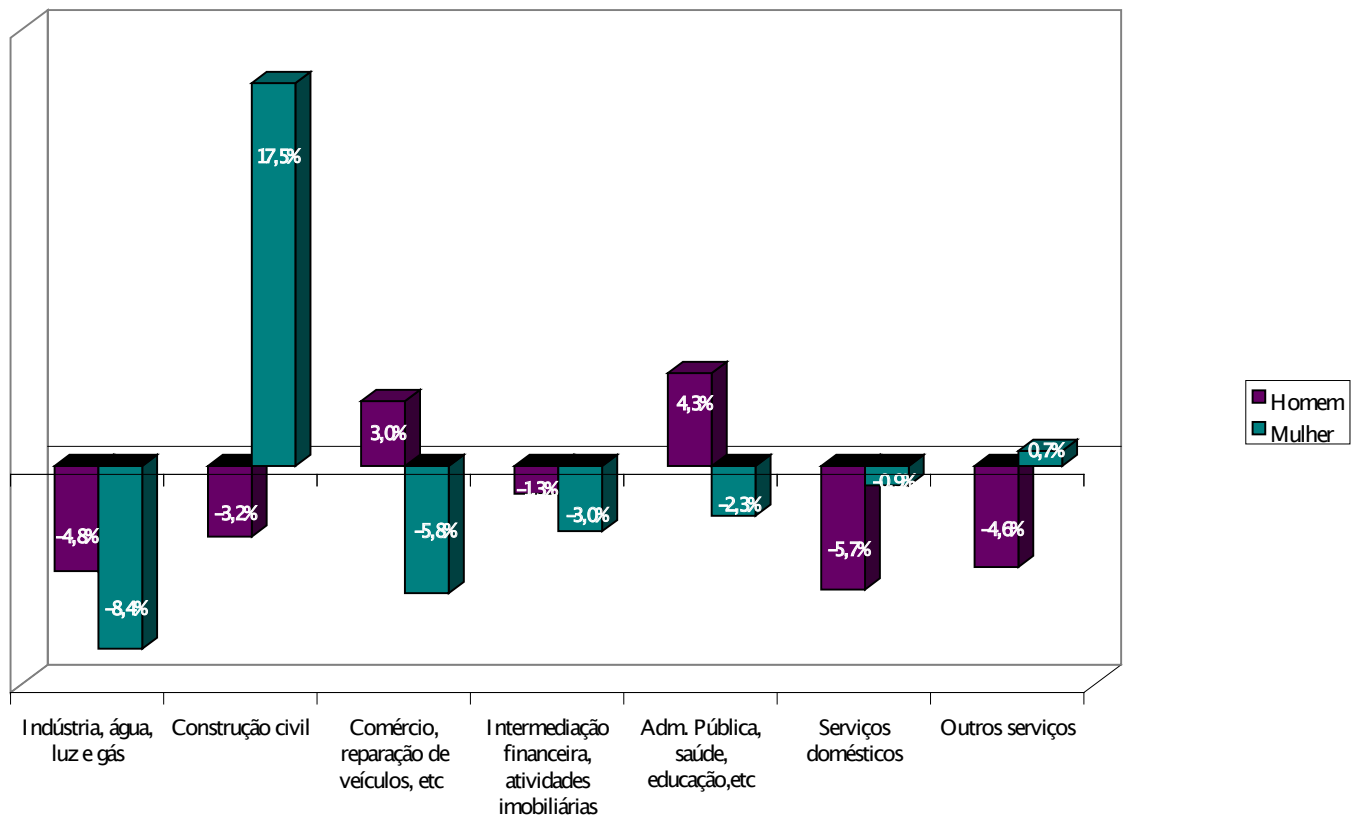
Desagregando os dados segundo os setores de atividade econômica, observa-se que as maiores quedas relativas na ocupação feminina ocorreram na indústria extrativa e de transformação e produção e distribuição de eletricidade, gás e água (-8,38%) e no comércio, reparação de veículos e objetos pessoais (-5,82%).

Entre os homens, as maiores quedas relativas foram em serviços domésticos (-5,66%) e também na indústria (-4,81%) (ver gráfico 6). Foi realmente o setor industrial o mais impactado nesse primeiro momento de crise, como apontado em diversos estudos realizados a partir de dados do CAGED e das pesquisas domiciliares de emprego. Seria de se esperar, portanto, que tanto para homens quanto para mulheres fosse esse o setor com maiores taxas de desligamentos. Interessante notar, porém, que, apesar de ser a indústria um campo de trabalho altamente masculinizado, foram as trabalhadoras que, proporcionalmente, mais perderam empregos nesse setor. Entre essas mulheres, as negras foram ligeiramente mais afetadas na perda de ocupações industriais: -9,96%, frente a uma taxa de -7,73% para as brancas. Ou seja, a crise provocou um aprofundamento do perfil masculino e branco da indústria brasileira.⁵

5. Segundo a PNAD 2007, 17,4% dos trabalhadores e 12,7% das trabalhadoras estavam empregados no setor industrial. Considerando-se a perspectiva racial, tem-se que 11,4% das mulheres negras e 13,9% das mulheres brancas estavam no mesmo campo.

GRÁFICO 6

Variação do nível de ocupação, segundo sexo e setor de atividade – RMs, setembro/2008 a abril/2009



Fonte: Pesquisa Mensal de Emprego/IBGE.

Outro aspecto merecedor de destaque refere-se às atividades de trabalho doméstico que, conforme mostra o gráfico 6, desempregaram proporcionalmente muito mais homens do que mulheres: -5,66% e -0,89%, respectivamente.⁶ O que esses dados parecem mostrar é que o trabalho doméstico executado por homens não se configura em um bem de primeira necessidade para as famílias, podendo ser mais facilmente dispensado do que o executado por mulheres. Isso ocorre devido à estrutura diferenciada do mercado de trabalho feminino e masculino, no qual as atividades desenvolvidas por trabalhadores e trabalhadoras domésticas são intrinsecamente diferentes: enquanto a eles cabem ocupações como jardineiro, caseiro e motorista, às mulheres cabem as tarefas de cuidado com casa e crianças, que se constituem em atividades fundamentais para a reprodução cotidiana

das famílias. Abrir mão do trabalho exercido por esta trabalhadora parece ser, portanto, algo mais “custoso” para as famílias, mas especialmente para as mulheres, pois o trabalho dito “reprodutivo” lhes impõe jornadas maiores e mais intensas de trabalho e impacta decisivamente suas oportunidades de entrada e permanência no mercado de trabalho.

Como último aspecto a se destacar nessa análise de ocupação por setores de atividade, vale notar que a crise econômica produziu – nos sete meses seguintes à sua instalação no país – certa substituição da mão de obra masculina pela feminina nos empreendimentos da construção civil. De fato, os dados da PME apontam para uma queda de pouco mais de 3% no conjunto de postos ocupados por homens nesse setor, enquanto há uma elevação da ocupação feminina da ordem de 17%. Esse movimento de feminização da construção civil já era verificado em períodos anteriores: nos meses de janeiro a agosto de 2008, houve crescimento de mais de 23% no total de mulheres

6. A queda do emprego doméstico para mulheres foi toda concentrada entre aquelas de cor/raça branca. Para elas, verificou-se, pelos dados da PME, redução de 2,52% no nível de ocupação, enquanto para as negras verificou-se estabilidade no total de trabalhadoras desse setor, com um ligeiro crescimento de 0,06% para o período posterior a setembro de 2008.

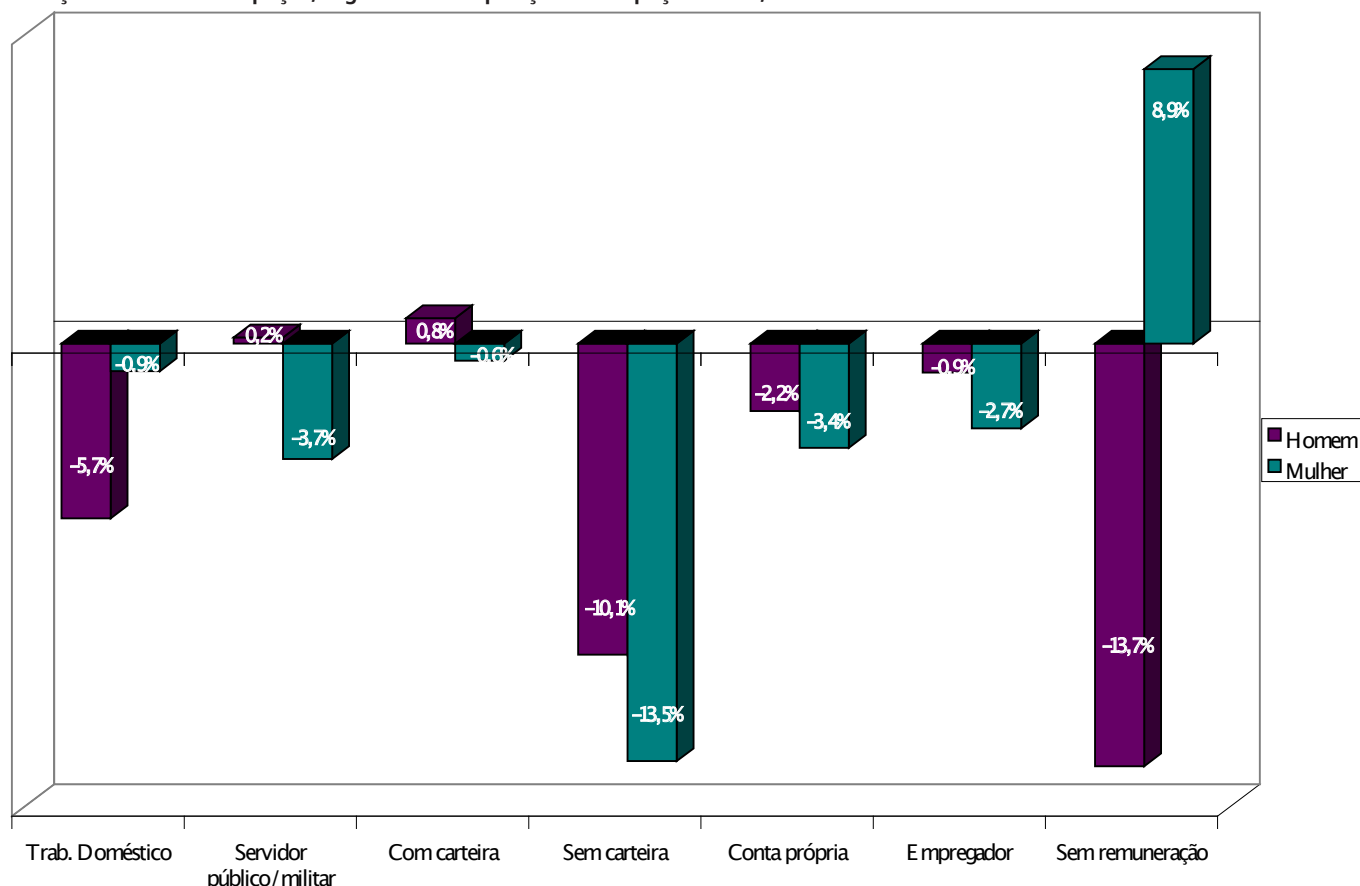
empregadas no setor e de apenas 6% entre os homens. A crise, portanto, não produziu impactos no sentido de reversão desse fenômeno, o que reduziu a velocidade do crescimento das ocupações masculina e feminina, com mais intensidade para as primeiras.

Vale mencionar, ainda, a existência de movimentos de sentidos opostos para trabalhadoras brancas e negras no setor da construção civil. Nos oito primeiros meses de 2008 podia-se verificar um crescimento no nível de ocupação significativamente mais intenso para brancas do que para negras: 32,40% e 12,23%, respectivamente. Esse processo de “embranquecimento” da força de trabalho feminina da construção civil foi intensificado no período pós-setembro, pois houve aumento da ocupação para mulheres brancas (47,6%) e queda para as negras (-13,76%).

O detalhamento por posição na ocupação é ainda mais revelador. Inicialmente, é possível perceber que foram os trabalhadores ocupados em postos de trabalho de pior qualidade aqueles que mais perderam seus empregos, o que reforça a fragilidade das ocupações com pouco ou nenhum vínculo empregatício frente a qualquer cenário econômico desfavorável (ver gráfico 7). A maior queda na ocupação feminina ocorreu entre as empregadas sem carteira assinada no setor privado (-13,53%),⁷ proporcionando elementos para justificar uma aparente divergência de resultados entre a PME e o CAGED, que aponta uma leve tendência à feminização do mercado de trabalho formal após setembro de 2008, tal como se verá a seguir.⁸ Ou seja, as demissões enfrentadas pelas mulheres no período de crise deram-se especialmente entre aquelas que não contavam com carteira de trabalho assinada.

GRÁFICO 7

Varição do nível de ocupação, segundo sexo e posição na ocupação – RMs, setembro/2008 a abril/2009



Fonte: Pesquisa Mensal de Emprego/IBGE.

7. Entre as negras, esse percentual alcança superiores 17,17%, contra 12% para as brancas.

8. Deve-se observar, entretanto, que a divergência persiste, pois as informações da PME revelam um crescimento do emprego com carteira assinada entre os homens e uma queda entre as mulheres, diferença que pode ser explicada, por exemplo, pelo fato de o CAGED considerar todo o território nacional, e não apenas as regiões metropolitanas.

Por outro lado, houve no mesmo período um aumento na ocupação feminina no trabalho sem remuneração, indicando que, no contexto dessa crise econômica, os postos de trabalho que se abriram para as mulheres foram aqueles de natureza mais precária, para os quais não há remuneração para o trabalho realizado. Uma das hipóteses é a de que as mulheres antes empregadas em outras ocupações, desempregadas ou inativas tenham tido que se inserir nos empreendimentos familiares – talvez substituindo trabalhadores que tiveram que ser desligados – na condição de colaboradoras, que trabalham, mas não têm renda própria. Este, que já era um cenário historicamente vivenciado pelas mulheres, foi intensificado, revertendo uma tendência anterior de queda (no período janeiro a agosto de 2008 verificou-se queda de quase 17% nesse tipo de ocupação e crescimento nas ocupações de mais qualidade – servidoras públicas e empregadas com carteira assinada) e reafirmando os valores sexistas fundantes da sociedade brasileira.

Interessante observar, ainda, que entre os trabalhadores ocupados na categoria empregadores, ou seja, donos de seus próprios negócios, verifica-se uma redução no nível de ocupação tanto para homens quanto para mulheres, em maior intensidade para elas, de, respectivamente, -0,94% e -2,75%. Entre as empregadoras negras, essa queda alcança significativos 26,5%, enquanto entre as brancas nota-se até mesmo criação desse tipo de ocupação, que alcançou pouco mais de 4%, no período setembro/2008 a abril/2009. Pode-se imaginar que a maior precariedade dos empreendimentos femininos e, dentre estes, dos de propriedade de mulheres negras, seja o principal fator a explicar as desigualdades verificadas nesse cenário de crise internacional.

Já para os trabalhadores do sexo masculino, a principal redução nos postos de trabalho após setembro de 2008 foi justamente entre os não remunerados, para os quais se verificou uma queda de quase 14%, o que intensificou o movimento verificado nos seis meses imediatamente anteriores, quando se observou redução de 3% nesse tipo de ocupação. Houve também uma redução significativa no total de ocupados sem carteira assinada (-10,08%), revertendo tendência anterior de aumento desse tipo de ocupação e, diferentemente do observado para as ocupadas do sexo feminino, verificou-se um ligeiro crescimento nos postos

com carteira assinada (0,82%), um pouco mais intenso do que o encontrado nos primeiros oito meses de 2008.

De forma geral, o que os dados da PME e da PED permitem inferir é que há mesmo impactos diferenciados da crise conforme o sexo e a cor/raça dos trabalhadores. A estrutura do mercado de trabalho brasileiro, sua segmentação por sexo e as desigualdades que o caracterizam determinam a forma como o emprego masculino e feminino variam em contextos de retração econômica.

Nesse sentido, parece existir um movimento de freio na feminização do mercado de trabalho, caracterizado pela retirada das mulheres do mercado em direção à inatividade, enquanto os homens seguem buscando emprego, assim contribuindo para a ampliação das taxas de desemprego masculinas. Ademais, reforça-se a precariedade do trabalho feminino, pois os novos postos gerados em situação de crise estão concentrados entre aqueles sem remuneração, enquanto para os homens esse tipo de trabalho mais precário se reduz no período.

Importante, também, perceber como o emprego doméstico remunerado, exercido por cerca de 17% das mulheres ocupadas, reveste-se de importância para a sociedade brasileira, pois, mesmo no cenário de crise econômica, praticamente não há variações no nível de ocupação dessa categoria, reiterando a essencialidade desse trabalho para a reprodução das famílias e para o funcionamento do país. A perda de emprego na indústria e a feminização da construção civil são também fenômenos verificados nesse âmbito e que merecem ser acompanhados ao longo dos próximos meses.

Finalmente, vale dizer que os dados das pesquisas domiciliares de emprego reafirmam as desigualdades de remuneração entre homens e mulheres. Com a crise, houve uma queda nos rendimentos médios de forma geral, sem muitas evidências de que foi mais intensa para um ou outro grupo.

3.2 O mercado de trabalho formal: dados do CAGED⁹

Os resultados apresentados até aqui, com base nas pesquisas domiciliares de emprego, possibilitaram uma análise do mercado de trabalho global, ou seja,

9. As análises relativas aos dados oriundos do CAGED não contemplam a perspectiva racial, por se tratar de um registro administrativo que ainda não garante o adequado preenchimento do quesito cor/raça.

tanto daquelas ocupações precárias e com pouco vínculo e proteção social quanto daquelas de maior qualidade e proteção e até mesmo a categoria de empregadores. É interessante, porém, conhecer em maior nível de detalhamento o funcionamento do mercado de trabalho formal e suas reações frente a um quadro de crise econômica, pois a destruição de ocupações formais gera consequências distintas tanto para trabalhadores quanto para empresas e mesmo para o governo – que tem reduzida sua arrecadação e ampliados seus gastos no pagamento, por exemplo, do benefício do seguro-desemprego. Os dados do CAGED permitem esse tipo de análise mais aprofundada do mercado formal, visto que trazem informações sobre desligamentos e admissões de todos os trabalhadores com carteira assinada.

A partir da tabela 1, verifica-se claramente que os primeiros efeitos da crise internacional relativos ao emprego formal foram sentidos na indústria de transformação e na construção civil, o que confirma movimento já verificado nos dados da PME. Sob a perspectiva de gênero, esse fato merece grande atenção. A indústria de transformação e a construção civil são, tradicionalmente, setores de atividade econômica masculinos. Nesse sentido, se os impactos da crise internacional sobre o emprego, até o momento, foram mais seriamente verificados nesses setores, espera-se que os homens tenham sido mais afetados.

Assim como aponta a PME, os dados do CAGED confirmam que, em termos absolutos, foram os ho-

mens que perderam mais postos de trabalho no setor industrial. Como este foi o setor mais afetado pela crise, os movimentos gerais do emprego formal foram por ele determinados. Nesse contexto, no período analisado – outubro/2008 a abril/2009 –, ocorreu uma eliminação de 585.912 no total de postos de trabalho formais, dos quais apenas 5.273 eram ocupados por mulheres – 0,90%. Em termos relativos, o estoque de trabalhadores homens reduziu-se 2,85% após o período de sete meses analisado, enquanto a redução no contingente de mulheres ocupadas no mercado formal foi de apenas 0,05%. Nesse sentido, pode-se sugerir a existência de uma “feminização” do mercado de trabalho formal, contrastando com a tendência verificada na análise do mercado de trabalho metropolitano, a partir da PME.

Nos setores da indústria de transformação e da construção civil, nota-se que as mulheres foram menos atingidas no que diz respeito ao nível de ocupação. No início de outubro de 2008, 70,58% dos postos de trabalho da indústria de transformação eram ocupados por homens. Passados sete meses após a crise internacional, a participação dos homens no setor caiu 0,71 ponto percentual, indicando que o número de postos de trabalho ocupados por mulheres na indústria caiu menos que proporcionalmente em relação à queda do número de postos ocupados por homens. De fato, a redução no número de homens ocupados na indústria foi de 7,41%, enquanto no número de mulheres foi de 4,22%, conforme se observa na tabela abaixo.

TABELA 1

Varição absoluta e relativa de empregos com carteira assinada, segundo subsetores de atividade econômica e sexo

Subsetores de atividade econômica	Saldo CAGED - outubro/2007 a abril/2008						Saldo CAGED - outubro/2008 a abril/2009					
	Homem		Mulher		Total		Homem		Mulher		Total	
	Var. absoluta	Var. relativa ¹	Var. absoluta	Var. relativa ¹	Var. absoluta	Var. relativa ¹	Var. absoluta	Var. relativa ¹	Var. absoluta	Var. relativa ¹	Var. absoluta	Var. relativa ¹
Extrativa mineral	4.655	2,80%	984	5,55%	5.639	3,06%	-5.650	-3,17%	-268	-1,36%	-5.918	-2,99%
Indústria de transformação	71.637	1,40%	71.915	3,48%	143.552	2,00%	-397.992	-7,41%	-94.485	-4,22%	-492.477	-6,48%
Ind. produtos minerais não metálicos	7.479	2,49%	1.348	3,54%	8.827	2,61%	-12.451	-3,91%	-329	-0,80%	-12.780	-3,55%
Ind. metalúrgica	34.180	5,51%	5.252	6,51%	39.432	5,63%	-67.032	-9,87%	-4.524	-4,95%	-71.556	-9,29%
Ind. mecânica	28.791	7,18%	5.737	7,92%	34.528	7,29%	-41.745	-9,39%	-7.298	-8,73%	-49.043	-9,29%
Ind. material elétrico e comunicações	8.210	4,71%	6.382	7,32%	14.592	5,58%	-16.262	-8,55%	-14.511	-14,62%	-30.773	-10,63%
Ind. material transporte	23.212	5,38%	3.736	6,69%	26.948	5,53%	-53.203	-11,21%	-6.153	-9,71%	-59.356	-11,03%
Ind. madeira e mobiliário	-8.251	-2,18%	1.463	1,82%	-6.788	-1,48%	-23.790	-6,39%	-3.618	-4,35%	-27.408	-6,02%
Ind. papel, editorial e gráfica	4.559	1,73%	3.389	3,18%	7.948	2,15%	-8.286	-3,04%	-2.632	-2,30%	-10.918	-2,82%
Ind. borracha, fumo, couros, peles, similares	5.733	2,65%	3.725	4,00%	9.458	3,06%	-10.975	-4,94%	1.132	1,15%	-9.843	-3,07%
Ind. química, produtos farmacêuticos, veterinários e perfumaria	8.026	1,66%	5.549	2,72%	13.575	1,97%	-22.747	-4,46%	-8.410	-3,84%	-31.157	-4,27%

(Continua)

(Continuação)

Susetores de atividade econômica	Saldo CAGED - outubro/2007 a abril/2008						Saldo CAGED - outubro/2008 a abril/2009					
	Homem		Mulher		Total		Homem		Mulher		Total	
	Var. absoluta	Var. relativa ¹	Var. absoluta	Var. relativa ¹	Var. absoluta	Var. relativa ¹	Var. absoluta	Var. relativa ¹	Var. absoluta	Var. relativa ¹	Var. absoluta	Var. relativa ¹
Ind. têxtil, vestuário e artefatos de tecidos	496	0,14%	10.306	1,80%	10.802	1,15%	-18.879	-5,00%	-24.400	-4,02%	-43.279	-4,40%
Ind. calçados	-254	-0,15%	7.023	4,30%	6.769	2,07%	-16.806	-9,83%	-15.770	-8,83%	-32.576	-9,32%
Ind. produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico	-40.544	-3,12%	18.005	3,50%	-22.539	-1,24%	-105.816	-7,93%	-7.972	-1,43%	-113.788	-6,01%
Serviços industriais utilidade pública	4.987	1,75%	1.376	2,50%	6.363	1,88%	-699	-0,24%	657	1,14%	-42	-0,01%
Construção civil	125.251	8,34%	10.089	9,63%	135.340	8,43%	-63.082	-3,54%	3.745	2,96%	-59.337	-3,11%
Comércio	135.836	3,38%	111.732	4,25%	247.568	3,73%	5.855	0,14%	46.423	1,63%	52.278	0,74%
Comércio varejista	105.109	3,26%	97.191	4,20%	202.300	3,65%	3.909	0,11%	42.000	1,68%	45.909	0,78%
Comércio atacadista	30.727	3,86%	14.541	4,67%	45.268	4,09%	1.946	0,23%	4.423	1,29%	6.369	0,54%
Serviços	213.976	3,36%	185.418	3,63%	399.394	3,48%	27.537	0,41%	99.302	1,81%	126.839	1,03%
Instituições crédito, seguros e capitalização	7.599	2,27%	8.883	2,50%	16.482	2,39%	-1.436	-0,41%	-165	-0,04%	-1.601	-0,22%
Serv. com. e adm. imóveis, valores mobiliários e serv. técnico	90.063	3,87%	80.771	6,57%	170.834	4,81%	-2.483	-0,10%	22.479	1,64%	19.996	0,52%
Serv. transportes e comunicações	33.135	2,12%	3.500	1,09%	36.635	1,94%	-1.495	-0,09%	7.094	2,12%	5.599	0,28%
Serv. de alojamento, alimentação, reparação e manutenção	66.007	4,56%	55.180	3,39%	121.187	3,94%	15.823	1,02%	27.369	1,58%	43.192	1,31%
Serv. médicos, odontológicos e veterinários	9.412	3,40%	25.917	2,98%	35.329	3,08%	9.205	3,11%	30.168	3,26%	39.373	3,23%
Serv. ensino	7.760	1,82%	11.167	1,59%	18.927	1,68%	7.923	1,79%	12.357	1,69%	20.280	1,73%
Administração pública direta e autárquica	2.978	0,90%	7.346	1,59%	10.324	1,30%	-1.416	-0,42%	-1.186	-0,25%	-2.602	-0,32%
Agropecuária	-72.207	-5,45%	-16.611	-7,24%	-88.818	-5,71%	-145.192	-10,71%	-59.461	-22,48%	-204.653	-12,63%
Total	487.113	2,55%	372.249	3,49%	859.362	2,89%	-580.639	-2,85%	-5.273	-0,05%	-585.912	-1,84%

Fonte: MTE/CAGED.

Elaboração: Disoc/lpea.

1. A variação relativa refere-se ao saldo líquido de admissões e desligamentos do período em análise dividido pelo estoque estimado de trabalhadores celetistas no início desse período. Para estimar o estoque de trabalhadores celetistas no início de outubro de cada ano, utilizou-se o estoque de trabalhadores celetistas ativos em dezembro de 2007, obtidos por meio da RAIS, e ajustou-se tal resultado a partir da movimentação de emprego do CAGED. Por exemplo, o estoque no início de outubro de 2007 equivale ao estoque de trabalhadores celetistas ativos em dezembro de 2007 subtraído do saldo líquido do CAGED no período de outubro de 2007 a dezembro de 2007.

Esse processo de “feminização” do emprego formal é ainda mais curioso na construção civil. No período analisado, o resultado líquido entre admissões e desligamentos nesse setor foi -59.337. Desagregando esse resultado por sexo do trabalhador, nota-se que a redução de postos de trabalho ocupados por homem foi de 63.082. Ou seja, no mesmo período, o número de postos de trabalho ocupados por mulheres na construção civil aumentou 3.745, revelando substituição de homens por mulheres, a exemplo do verificado nos dados da PME. Em termos relativos, observa-se que a queda no estoque de homens na construção civil foi de 3,54%, enquanto a elevação no contingente de mulheres ocupadas nesse setor foi de 2,96%.

Essas constatações bastante gerais, entretanto, não refletem o que ocorreu em todos os ramos de atividade da indústria. Na indústria do material elétrico e de comunicações, por exemplo, o estoque de mulheres ocupadas caiu 14,62% entre outubro de 2008 e abril de 2009, enquanto o número de homens ocupados

caiu 8,55%, indicando um movimento inverso do verificado para a indústria de transformação de forma geral. Há que se considerar, também, que, apesar de se tratar de um setor prioritariamente masculino, as mulheres têm significativa participação em alguns subsetores da indústria de transformação, o que pode significar grande número de demissões de mulheres, ainda que em menor proporção do que o verificado entre os homens. Esse é o caso das indústrias têxtil e de calçados, nos quais 61,64% e 51,10% do total de trabalhadores, respectivamente, eram mulheres no início de outubro de 2008. Nesses dois subsetores da indústria, foram eliminadas 40.170 vagas femininas com carteira assinada nos últimos sete meses.

Outro setor que apresentou grande retração no estoque de empregos formais no período analisado foi a agropecuária. No total, foram perdidos 204.653 postos de trabalhos, dos quais 59.461 – 29,05% – eram ocupados por mulheres. Não se deve atribuir, porém, tal resultado apenas à crise internacional.

Pelo menos grande parte dessa retração no emprego formal é explicada por fatores sazonais, em especial à entressafra da cana-de-açúcar. Nota-se que no período compreendido entre outubro de 2007 e abril de 2008, o saldo verificado foi de -88.818 vagas. Ou seja, ainda que o resultado negativo na agropecuária para esse período fosse esperado, sua magnitude nos últimos sete meses foi bastante expressiva.

Ainda sobre a agropecuária, é interessante observar que os cortes também não foram neutros em relação à composição do emprego no setor por sexo. A redução no número de postos de trabalho ocupados por mulheres (-22,48%), em termos relativos, foi bastante superior à registrada entre os homens (-10,71%). Assim, nos sete últimos meses, a participação das mulheres no emprego na agropecuária caiu 1,84 ponto percentual.

Os setores terciários – comércio e serviços – registraram crescimento do emprego formal no período analisado. Isso não significa, contudo, que eles não foram afetados pela crise internacional. Comparando-se os resultados dos últimos sete meses com os obtidos no período outubro/2007 a abril/2008, nota-se que aqueles foram bastante tímidos. No comércio, no período mencionado, foram criados 247.568 empregos, enquanto entre outubro de 2008 e abril de 2009 esse número foi de apenas 52.278. Já nos serviços, foram 399.394 contra 126.839.

De todo modo, esses foram os setores que mais empregaram nos últimos sete meses, em especial as mulheres. No comércio, praticamente todos os novos postos de trabalho foram ocupados por mulheres: 46.423 (88,80%) de um total de 52.278 postos gerados. Já nos serviços, do total de 126.839 vagas criadas nos últimos sete meses, 99.302 (78,29%) foram ocupadas por mulheres. Nesse âmbito, a participação das mulheres nos setores terciários cresceu no período – como o estoque de emprego nesses setores é grande, a “feminização” do emprego formal não acarretou grande alteração percentual na composição do emprego segundo sexo. No comércio, a participação das mulheres aumentou 0,36%; nos serviços, a elevação foi de 0,34%.

Os dados até aqui analisados revelam que a crise internacional afetou o mercado de trabalho formal de maneira distinta, e atingiu com maior intensidade a indústria de transformação e a construção civil. Como consequência, os trabalhadores homens foram

mais acometidos pelas demissões, uma vez que esses setores de atividade econômica são tradicionalmente masculinos. Ressalta-se, entretanto, que a crise internacional ainda não foi debelada e, confirmando-se os sinais de estagnação na economia, a tendência é que o emprego em outros setores também seja afetado, inclusive o trabalho doméstico, predominantemente feminino. Nesse sentido, acompanhar as próximas movimentações do mercado de trabalho formal mantendo o enfoque na diferenciação de trabalhadores por sexo parece relevante.

As constatações feitas até aqui também sugerem que o acompanhamento da dinâmica do mercado de trabalho em situação de crise envolve não apenas uma reflexão sobre o nível de ocupação e de desemprego, mas também uma discussão sobre as estratégias do empresariado em relação aos critérios de demissão e admissão de trabalhadores. O ambiente de incerteza provocado pela crise pode levar os empresários a optarem por empregar de forma mais precária. Em termos práticos, isso pode representar, por exemplo, uma substituição de salários altos por salários mais baixos.

A “feminização” do mercado de trabalho formal verificada no período analisado, dessa forma, pode ser uma expressão desse movimento. Certamente, deve-se reconhecer que a “feminização” do mercado de trabalho brasileiro é um fenômeno em processo, e representa, sobretudo, a emancipação da mulher. Contudo, é bastante provável que a substituição de trabalhadores do sexo masculino por mulheres trabalhadoras nos níveis verificados nesse estudo esteja revelando uma estratégia de precarização do emprego no âmbito de crise.

Sabe-se que a discriminação de mulheres ainda é bastante presente no mercado de trabalho brasileiro, e esta se manifesta principalmente em mais baixos salários em relação ao masculino. Os dados da tabela 2 abaixo confirmam que, no período de outubro de 2008 a abril de 2009, os salários de admissão das mulheres foram, inequivocamente, mais baixos que os salários de admissão dos homens, controlada a escolaridade, em qualquer setor/subsetor de atividade econômica, seja ele predominantemente masculino seja ele feminino. Essa desigualdade salarial foi ainda mais acentuada na faixa de escolaridade mais elevada, na qual as mulheres foram admitidas com um salário inicial que corresponde, em média, a 65,39% do salário inicial dos homens admitidos.

TABELA 2

Salário médio das trabalhadoras admitidas sobre o salário médio dos trabalhadores homens admitidos em empregos com carteira assinada, segundo subsetores de atividade econômica

Subsetores de atividade econômica	Salário médio dos admitidos - mulheres/homens (em %)		
	Até 8 anos de estudo (até fundamental completo)	Entre 9 e 11 anos de estudo (até médio completo)	12 ou mais anos de estudo (pelo menos superior incompleto)
Extrativa mineral	74,97%	82,67%	63,90%
Indústria de transformação	83,61%	76,84%	61,48%
Ind. produtos minerais não metálicos	90,40%	90,98%	56,01%
Ind. metalúrgica	76,09%	78,70%	59,04%
Ind. mecânica	63,21%	75,31%	62,87%
Ind. material elétrico e comunicações	77,38%	79,33%	60,04%
Ind. material transporte	73,11%	80,40%	64,53%
Ind. madeira e mobiliário	86,13%	87,46%	67,96%
Ind. papel, editorial e gráfica	81,62%	81,66%	75,53%
Ind. borracha, fumo, couros, peles e similares	83,53%	80,79%	64,61%
Ind. química, produtos farmacêuticos, veterinários e perfumaria	86,20%	82,22%	67,88%
Ind. têxtil, vestuário e artefatos de tecidos	90,79%	89,33%	64,09%
Ind. calçados	87,26%	83,41%	65,66%
Ind. produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico	89,90%	82,60%	65,00%
Serviços industriais utilidade pública	86,92%	86,79%	67,04%
Construção civil	79,83%	86,26%	63,42%
Comércio	87,38%	89,22%	70,58%
Comércio varejista	87,56%	90,40%	77,81%
Comércio atacadista	88,43%	89,53%	67,74%
Serviços	76,35%	82,26%	69,61%
Instituições crédito, seguros e capitalização	68,91%	85,50%	68,61%
Serv. com. e adm. imóveis, valores mobiliários e serv. técnico	76,82%	80,95%	63,63%
Serv. transportes e comunicações	69,57%	79,25%	68,86%
Serv. de alojamento, alimentação, reparação, manutenção	82,92%	82,96%	80,04%
Serv. médicos, odontológicos e veterinários	86,99%	89,08%	72,23%
Serv. ensino	86,24%	83,54%	85,35%
Administração pública direta e autárquica	76,35%	72,91%	60,93%
Agropecuária	87,84%	82,46%	63,10%
Total	80,63%	81,26%	65,39%

Fonte: MTE/CAGED.

Elaboração: Disoc/Ipea.

Portanto, o atual momento de crise econômica parece aumentar os desafios no que diz respeito à compatibilização do acesso ao trabalho pelas mulheres, que faz parte do processo de emancipação feminina e minimiza as formas de dominação patriarcal no espaço doméstico, com a eliminação das desigualdades existentes na divisão sexual do trabalho.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em um contexto de economia mundializada, em que investimentos, capitais, pessoas e empresas de dezenas de países relacionam-se diretamente, deslocam-se, afetam-se e misturam-se, dificilmente uma crise financeira e econômica desencadeada em um país central deixa de ser sentida em muitos outros. A atual crise, desencadeada em 2008 nos Estados Unidos, faz sen-

tir seus efeitos nos últimos meses no Brasil. Apesar de um cenário interno que permite que esses efeitos sejam consideravelmente diminuídos em comparação ao que poderia ocorrer e ao que acontece em outras economias, nosso mercado de trabalho vem sendo impactado em diversos de seus setores. De maneira geral, pode-se dizer que os movimentos de expansão do emprego e de formalização que ocorriam desde o ano de 2004 no mercado de trabalho brasileiro foram refreados e que os setores primário e secundário da economia foram os mais atingidos. Esse tipo de análise já vem sendo feito nos últimos meses por variadas instituições.

O objetivo do presente documento foi analisar os dados recentes sob a perspectiva das relações de gênero. Se homens e mulheres têm inserções bastante diferenciadas no mundo do trabalho, provavelmente serão diferentemente atingidos numa situação de crise.

Essa hipótese inicial foi confirmada com o exame dos dados das pesquisas mensais de emprego e do cadastro de desligamentos e admissões do MTE.

Como se viu, o processo de feminização do mercado de trabalho, observado nos últimos anos, foi refreado. Apesar de os homens terem perdido mais empregos que as mulheres no setor formal – e isso porque os setores de atividade econômica mais atingidos (indústria da transformação e construção civil) são tradicionalmente de ocupação masculina – as mulheres, em geral, se retiraram mais do mercado de trabalho. A população que se encontra à disposição do mercado – ocupada ou à procura de ocupação – masculinizou-se no período que sentiu os maiores impactos da crise.

Cada setor de atividade econômica tem seus próprios mecanismos de reação, assim como se comportam de maneira diferenciada os setores mais ou menos estruturados da economia. Apesar da limitação dos dados, e da própria natureza conjuntural da análise, incapaz de captar todas as tendências e movimentos existentes, as informações disponíveis sugerem haver uma precarização geral do emprego como reação à crise, que se manifesta na elevação da inatividade e também no aumento de mulheres em postos mais precários, como trabalho sem remuneração e trabalho sem carteira assinada. Por outro lado, há que se mencionar evidências de uma “feminização” do mercado de trabalho formal, o que é positivo, mas pode também expressar uma estratégia do empresariado em contratar de forma mais precária.

Muitos são os estudos internacionais que concluem que a igualdade entre mulheres e homens é um elemento não somente de consolidação dos direitos da cidadania como também de desenvolvimento econômico e social.¹⁰ Com vistas a promover a igualdade de gênero, é de crucial importância a garantia de oportunidades para o acesso, permanência e ascensão de homens e mulheres no mundo do trabalho. O trabalho das mulheres deve ser valorizado em todas as suas formas e homens e mulheres devem ter oportunidades e direitos equitativos.

Sendo assim, é de grande importância compreender os efeitos diferenciados da atual crise econômica sobre os distintos grupos populacionais, uma vez que vivemos um cenário em que se colocam sob risco os avanços – uns mais tímidos, outros menos – obtidos ao longo dos últimos anos, no sentido da redução da distância existente entre homens e mulheres. É preciso, portanto, evitar que os efeitos da crise aprofundem-se e venham a colocar a perder as vitórias obtidas no sentido da promoção da igualdade e da diminuição das injustificáveis discriminações vivenciadas pelas mulheres brasileiras no mundo do trabalho.

10. Um reflexo disso é a inserção, por exemplo, do objetivo de “promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres” entre os chamados Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, da Organização das Nações Unidas, pactuados entre centenas de países no ano 2000.